



Santander é líder em queixas pelo quinto mês

As demissões promovidas pelo Santander têm gerado sérios problemas para os funcionários e clientes. Tanto que a empresa lidera, pelo quinto mês seguido, a lista de reclamações das organizações financeiras com mais de um milhão de correntistas. Em junho, foram registradas 2.406 queixas procedentes no Banco Central e o Santander, sozinho, é responsável por 557. O número elevado se deve, sobretudo, ao quadro reduzido de funcionários. No primeiro semestre deste ano, a empresa demitiu 2.604 bancários, sendo 1.820 sem justa causa. Atualmente, o banco espanhol tem 23,1 milhões de clientes e pouco mais de 53 mil funcionários. Os dados explicam o motivo da insatisfação, afinal é impossível um bancário dar conta de tanta demanda. O



fim das demissões será novamente cobrado pelos trabalhadores, em negociação prevista para segunda-feira.

Segundo lugar

A lista reclamações do BC traz ainda na segunda colocação, o Itaú, com 383 queixas em junho. Débitos diretos não autorizados, prestação de forma irregular do serviço na conta salário são as principais reclamações.

REFORMA POLÍTICA

Duas das excrescências incluídas no projeto de lei elaborado por um grupo de trabalho suprapartidário na Câmara Federal para promover modificações nas regras eleitorais do país representam verdadeiro atraso e, ao invés de elevar a ética, terminam por estimular procedimentos imorais e a reforçar a impunidade. A proposta acaba com a obrigatoriedade de recibos nas doações eleitorais, e permite que políticos com contas de campanha rejeitadas pela Justiça voltem a se candidatar nas eleições do ano que vem. O relator da matéria, que apoia todas as sujeiras, é o deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP). Uma barbaridade, pois facilita ainda mais a influência do poder econômico sobre os resultados das eleições.

As mudanças pretendidas por todos os partidos, agregam outra imoralidade inaceitável. Permite o uso do dinheiro do Fundo Partidário para pagar multas impostas a partidos políticos que cometerem irregularidades. A legislação não prevê o uso dos recursos para tal finalidade.

As alterações pretendidas, por um grupo suprapartidário, o que significa dizer que todas as legendas participam do descaramento, pois até agora nenhuma se opôs publicamente, são muito “preocupantes”, no entendimento de juristas e especialistas da área. Para a procuradora-geral eleitoral, Sandra Cureau, vai “dificultar ainda mais o controle da prestação de contas. Isso é gravíssimo e representa o liberou geral”.

Na eleição municipal de 2012, o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) teve o deslante de legalizar as candidaturas com contas rejeitadas. No início deste ano, a Procuradoria-Geral da República questionou o entendimento do TSE e pediu que os ministros voltem a examinar o tema. Até agora o assunto continua engavetado. Para o Ministério Público, o registro de candidaturas de políticos com contas rejeitadas fere a Constituição.

Como se não bastassem as excrescências que os partidos políticos querem impor nas regras eleitorais para a eleição de 2014, os deputados estão fazendo de tudo para impedir que a matéria seja apreciada pelas comissões da Câmara Federal, como manda o Regimento, e insistem em votá-las já amanhã. Evidentemente, a intenção é fugir do debate com a sociedade e empurrar as imoralidades goela abaixo da nação, que precisa reagir com firmeza e voltar a ocupar as ruas com maior amplitude e contundência.

Fonte: Seeb BA

Banco do Brasil Diretor do GEPES visita Sindicato

Nesta terça-feira (17), o Sindicato dos Bancários de Itabuna e Região recebeu a visita do Gerente Geral da GEPES/BA (Gestão de Pessoas do BB na Bahia), Rodrigo Guerra Gurgel. E na oportunidade se reuniu com os diretores da entidade, Luis Sena e Francisco Alves. O gerente reiterou a importância do estreitamento do relacionamento do Banco com o Sindicato. Em reunião trataram de questões como a readequação do GERAT, segurança e assédio moral.

97ª reunião da CCASP na Polícia Federal hoje

A Polícia Federal promove nesta quarta-feira (17), às 9 horas, a 97ª reunião da Comissão Consultiva para Assuntos da Segurança Privada (CCASP), em Brasília.

Estarão em julgamento 515 processos, dos quais 296 movidos contra bancos. Os demais se referem a empresas de vigilância, transporte de valores e centros de formação de vigilantes. Todos em razão do descumprimento da lei federal nº 7.102/83 e das normas de segurança da Polícia Federal.

Essa será a segunda reunião em 2013 e a primeira que será presidida pela nova titular da Coordenação de Controle Geral de Segurança Privada (CGCSP), delegada Silvana Helena Vieira Borges. A CCASP é um fórum criado em 1985 que conta com representantes do governo, bancários, vigilantes e entidades patronais, como a Febraban.

Os processos são abertos pelas delegacias estaduais da Polícia Federal (Deesp) por ocasião da fiscalização anual do plano de segurança dos estabelecimentos e das empresas, bem como a partir de denúncias de irregularidades.

PLANTONISTAS DE HOJE

Manhã: Uilton

Tarde: Cid

Abaixo o PL 4330 - Diga Não a tercerização sem limites!